

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015

1

| Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008   | Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015  | Emenda nº 1 - CEDN (Substitutivo).   |
|---|---|--|
|   | Altera os arts. 14 e 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para instituir auxílio-capacitação ao jovem empreendedor do campo.  | Altera o art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para estender a concessão de auxílio financeiro a jovens empreendedores rurais que possuam o ensino fundamental completo. |
|   | O CONGRESSO NACIONAL decreta:   | O CONGRESSO NACIONAL decreta:  |
|   | <b>Art. 1º</b> O art. 14 da <u>Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008</u> , passa a vigorar com a inserção do seguinte parágrafo único:  | <b>Art. 1º</b> O art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, passa a vigorar com a inserção dos seguintes parágrafos:  |
| <b>Art. 14.</b> O Projovem Campo - Saberes da Terra tem como objetivo elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação profissional, na forma do <u>art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</u> , estimulando a conclusão do ensino fundamental e proporcionando a formação integral do jovem, na modalidade educação de jovens e adultos, em regime de alternância, nos termos do regulamento. | “ <b>Art. 14.</b> .....   | “ <b>Art. 14.</b> .....  |
|   | Parágrafo único. O Projovem Campo promoverá também a capacitação técnica de jovens empreendedores rurais que possuam o ensino fundamental completo e daqueles que estejam cursando o ensino médio.” (NR)  | § 1º O Projovem Campo - Saberes da Terra promoverá também a formação técnica inicial em empreendedorismo rural por meio de Arco Ocupacional específico.  |
|   | <b>Art. 2º</b> O art. 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:  |  |
| <b>Art. 15.</b> O Projovem Campo - Saberes da Terra atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental e que cumpram os requisitos previstos no <u>art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006</u> .   | “ <b>Art. 15.</b> O Projovem Campo - Saberes da Terra atenderá a jovens com idade entre 16 (dezesesseis) e 29 (vinte e nove) anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental e que cumpram os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ou, |  |



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015

2

| Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 | Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015   | Emenda nº 1 - CEDN (Substitutivo).                   |
|---------------------------------------|--|--|
|                                       | nos termos do § 1º, aos que concluíram o ensino fundamental, e, nos termos do § 2º, aos residentes rurais dessa faixa etária que estejam cursando o ensino médio.  |  |
|                                       | § 1º O beneficiário do Projovem Campo - Saberes da Terra que conclua o ensino fundamental fará jus a auxílio-capacitação, no valor de R\$ 250,00 mensais, por um período mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 12 (doze) meses, desde que:  |  |
|                                       | I - matricule-se, em até um ano após a conclusão do ensino fundamental, em curso de capacitação ministrado por entidade autorizada junto ao Ministério da Educação - MEC, com carga horária mínima equivalente a 144 (cento e quarenta e quatro) horas e máxima de 180 (cento e oitenta) horas, voltado ao objetivo específico de motivar e desenvolver competências empresariais, introduzindo instrumentos gerenciais de planejamento, organização e controle do empreendimento rural; |  |
|                                       | II - mantenha frequência mensal mínima de 75% às atividades previstas no curso de capacitação, sob pena de cancelamento do benefício no mês subsequente e exclusão definitiva do programa;   |  |
|                                       | III - obtenha desempenho não inferior à pontuação mínima exigida para aprovação nas atividades de avaliação, especificadas pela instituição responsável pela realização do curso.  |  |
|                                       | § 2º O jovem rural que, observada a faixa etária prevista no caput, esteja cursando o ensino médio e cumpra os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, também fará jus a auxílio-financeiro, nos moldes estabelecidos no § 1º.   |  |
|                                       | § 3º A capacitação de que tratam os §§ 1º e 2º terá  | § 2º A formação de que trata o § 1º terá como eixo a |



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015

3

| Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 | Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015   | Emenda nº 1 - CEDN (Substitutivo).   |
|---------------------------------------|--|--|
|                                       | como eixo a disseminação dos seguintes conteúdos, entre outros:  | disseminação de conteúdos diretamente relacionados à vida no campo e aos empreendimentos rurais, com o objetivo específico de motivar e desenvolver competências empresariais, introduzindo instrumentos gerenciais de planejamento, organização e controle do empreendimento rural. |
|                                       | I - Técnicas de cultivo das principais lavouras;   |  |
|                                       | II - Técnicas aplicáveis às atividades pecuárias;  |  |
|                                       | III - Noções de funcionamento do mercado e agregação de valor aos produtos;  |  |
|                                       | IV - Custos de produção e análise de rentabilidade das atividades agropecuárias;   |  |
|                                       | V - Noções de economia;  |  |
|                                       | VI - Cadeias agroindustriais e sistemas de integração;   |  |
|                                       | VII - Planejamento da empresa agropecuária;  |  |
|                                       | VIII - Técnicas de análise econômica, financeira e de decisão;   |  |
|                                       | IX - Legislação trabalhista, fiscal e previdenciária aplicáveis ao meio rural;   |  |
|                                       | X - Planejamento e gestão de mão-de-obra;  |  |
|                                       | XI - Gestão de projetos agropecuários;   |  |
|                                       | XII - Sustentabilidade ambiental e impactos das atividades agropecuárias sobre o meio ambiente.  |  |
|                                       | § 4º Os jovens rurais capacitados na forma dos §§ 1º e 2º receberão, respectivamente, a certificação de “Jovem Empreendedor Rural – Nível I” e “Jovem Empreendedor Rural – Nível II”. ” (NR) | § 3º Os jovens rurais formados na forma dos §§ 1º e 2º receberão a certificação de Jovem Empreendedor Rural – Nível I.” (NR)   |
|                                       | <b>Art. 3º</b> Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.  | <b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.  |

